

Ainda a Radioactividade das Águas Portuguesas Minerais e de Mesa

Os receios que tive oportunidade de exprimir, há alguns meses, nas páginas do nº 58 deste Boletim, quanto à existência de níveis elevados de radioactividade em algumas águas minerais portuguesas e de mesa, vieram a ter posteriormente confirmação, por novos dados entretanto conseguidos.

Assim, por amável deferência de um dos autores, tomámos conhecimento de um estudo sobre radioactividade natural de águas portuguesas minerais, datado de 1988. (1)

Apresenta esse estudo um resumo de medidas de actividade de radionuclídeos naturais em águas de alguns países, incluindo Portugal, e um elenco das doses previsíveis resultantes do consumo de algumas águas portuguesas engarrafadas.

O resumo permite reconhecer que, para o ^{226}Ra , o ^{210}Pb e o ^{222}Rn , foram encontrados em águas portuguesas valores muitíssimo mais elevados que o máximo dos restantes países apresentados (1,2 a 9,5 vezes para o primeiro, 2 a 7,4 vezes para o segundo e 12,4 a 12,9 vezes para o terceiro).

Estabelecendo outro tipo de comparação: são referidas pontas de contaminação, pelo Ra, 11 vezes superiores às aconselhadas por Lappenbusch (2) e, pelo Rn, 73 vezes superiores às sugeridas por Lantz Miller (3).

Quanto ao elenco de algumas águas engarrafadas portuguesas e das doses previsíveis que resultariam do consumo das mesmas, esse elenco engloba 17 águas (das 55 que se reconhecia existirem à data). Infelizmente, essas 17 águas são referidas apenas por letras de A a X, em ordem alfabética, faltando as águas referentes às letras C, H, L, M, O e P. Para esta falta estranha não é dada qualquer explicação. Além disso, nada nos permite concluir que nas restantes 55-17 águas não há alguma com maior contaminação do que as estudadas. Mais uma vez a preocupação da confidencialidade!

É certo que a Direcção Geral de Saúde, a um pedido nosso de dados

sobre a radioactividade de águas portuguesas, nos informou que a confidencialidade aos mesmos era imposta pelo D.-L. 86/90, de 16 de Março. Como este se refere aos dados fornecidos obrigatoriamente pelos concessionários, concluímos que a D.G. de S. (como, de resto, o Instituto Geológico e Mineiro) só dispõe desses dados, nos quais confia piamente.

No entanto, no caso do estudo de 1988 a que nos temos estado a referir, os valores analíticos foram, tanto quanto podemos deduzir, determinados pelos seus autores. Porquê então a confidencialidade? Pensamos que o consumidor tem todo o direito a conhecer as características da água que bebe.

No final do mesmo estudo, os autores reconhecem que se devem pôr restrições às recomendações sobre o uso de águas engarrafadas na alimentação de crianças e bebés. Como restringir, como aconselhar esta em detrimento daquela, se se escondem as identificações indispensáveis?

Há ainda a fazer notar que os valores apresentados têm, pelo menos sete anos. Lappenbusch e outros (2) aconselham que as determinações de radioactividade de águas para beber sejam feitas de quatro em quatro anos.

Perante tudo isto, mais convencidos ainda ficamos do interesse e urgência de um estudo pormenorizado e completamente esclarecedor deste assunto.

Raul Torcato Barroca
(Eng. Químico - F-E- da U.P.)

REFERÊNCIAS

1. A. O. Bettencourt, M. M. G. R. Teixeira, M. C. Faísca and G.C. Ferrador, *Radiation Protection Dosimetry* 24 nº 1/4 (1988) 139-142.
2. William L. Lappenbusch and C. Richard Cothorn, *Health Physics* 48 (1985) 535-551.
3. Lantz Miller, *The Journal of Nuclear Medicine* 35 nº 1 (1994).



Equipamento de Laboratório

Balanças - Centrífugas - Aparelhos de pH - Tituladores
Condutoímetros - Agitadores - Espectrofotómetros
Microscópios - etc.

Vidros e Plásticos de Laboratório

Distribuidores NORMAX

Material Didáctico

Ensino Secundário e Superior

Representantes exclusivos SISTEDUC - Sistemas Educativos S.A.

Rua Soeiro Pereira Gomes, 15 r/c Frente

Bom Sucesso - 2615 Alverca

Telefs. (01) 957 04 20/1/2 - Fax (351-1-957 04 23) - Portugal